



DIREITO EMPRESARIAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Lucas, Mateus, Pedro e José são coadministradores da sociedade Amigos do Papel S/A. Como eles não possuíam formação na área de administração, causaram grandes prejuízos ao patrimônio da sociedade, com o objetivo de auferirem proveito pessoal e, por consequência, passaram a atuar com flagrante violação ao dever de lealdade.

No entanto, Elisângela, também administradora da companhia e detentora de 3% do capital social, descobriu o que os seus sócios estavam fazendo e, por óbvio, não concordou.

Devido à gravidade do ato, esse problema foi levado à Assembleia Geral, órgão deliberativo de uma companhia, mas os demais acionistas optaram por não propor a Ação de Responsabilidade cabível contra eles. Ocorre que, Elisângela não ficou satisfeita e, passados 05 (cinco) anos do dia da Assembleia, ingressou com a Ação de Responsabilidade contra os referidos sócios, que foi distribuída para a 3ª Vara Cível de Maceió/AL.

Inconformados, após regular citação, Lucas, Mateus, Pedro e José, eles procuram você, na qualidade de advogado, para redigir a medida judicial cabível na defesa do interesse deles. (5,0).

Obs.: a peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Salão de Beleza Noivas Lindas LTDA (existente há 08 anos) objetiva alugar o imóvel de propriedade de Wesley Prado pelo prazo de 01 (um) ano e, para documentar a obrigação de pagamento do aluguel ajustado entre as partes, pretende emitir 03 (três) duplicatas reconhecendo sua dívida total que será no valor de R\$ 120.000,00. Wesley, futuro locador, nada tem a opor acerca do reconhecimento de tal dívida, tendo em vista tratar-se de título executivo extrajudicial e de fácil cobrança. Tal contrato será feito por escrito e com prazo determinado. Com base nessa narrativa, responda aos questionamentos abaixo.

A) A dívida de Salão de Beleza Noivas Lindas LTDA pode ser reconhecida através de duplicata? (0,60)

B) Em havendo o referido contrato, ao seu final, caso Wesley Prado não o pretenda renovar, de acordo com os dados constantes na questão, teria o salão elementos suficientes para promover judicialmente a renovação compulsória do aluguel por mais um ano? (0,65)

Justifique suas respostas com base nos dispositivos legais, sabendo que a simples indicação do dispositivo não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Pablo Stolze, professor universitário, físico de renome, desenvolveu uma nova teoria científica que promete modificar consideravelmente o entendimento até então existente sobre o voo de aeronaves. Animado com sua descoberta, Pablo lhe procura, na condição de advogado, indagando o que segue. Dê a ele todas as explicações necessárias com base na legislação pertinente à matéria.

- A) Juridicamente, a teoria descoberta pode ser considerada uma invenção? Justifique sua resposta. (0,65)
- B) Considera-se invenção o objeto de uso prático com nova forma suscetível de aplicação industrial do qual resulte melhoria funcional para uso em aeronaves? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Devido a um período difícil em nossa economia, Roberta e Márcio, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, resolveram constituir uma sociedade e, com isso, firmaram um negócio, tendo como objetivo uma atividade no ramo da gastronomia. Neste modelo de empreendimento, Roberta é quem, unicamente, exerce a atividade constitutiva do objeto social, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade. Márcio, por não saber cozinhar, apenas participa das atividades junto a Roberta, contribuindo com recursos para formação do capital social. Eventualmente, ele também exerce seu direito de fiscalização. Não tem ele qualquer contato com quem os contrata e ele não exerce a atividade constitutiva do objeto social. Tendo como base a contextualização hipotética, responda as indagações a seguir fundamentando-as:

- A) Esse tipo de sociedade é contemplada pelo ordenamento pátrio? Justifique. Em sendo possível, como podemos denominá-la? (0,65)
- B) Há possibilidade de aquisição de personalidade por parte deste tipo societário? Como ficaria seu nome empresarial nessa situação? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Banco Colares S/A, com fundamento no inadimplemento de contrato de alienação fiduciária em garantia celebrado nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728/65, requereu a busca e apreensão do bem, com pedido de liminar.

Previamente ao pedido, o fiduciário comprovou o não pagamento por Augusto Corrêa, fiduciante, das quatro últimas parcelas do financiamento. O pedido foi deferido e a liminar executada.

O fiduciante não apresentou resposta no prazo legal, porém, dois dias após executada a liminar, pagou a integralidade da dívida pendente, em conformidade com os valores apresentados pelo fiduciário na inicial. Diante do pagamento comprovado nos autos, o Juiz determinou a entrega do bem livre de ônus, mas este já havia sido alienado pelo fiduciário durante o prazo legal para o pagamento da dívida. O fiduciário justificou sua conduta pela ausência de resposta do fiduciante ao pedido de busca e apreensão.

Com base nas informações do enunciado e nas disposições procedimentais referentes à alienação fiduciária, responda aos seguintes itens.

A) Poderá ser aplicada alguma penalidade ao fiduciário pela alienação do bem, ou este agiu em exercício regular do direito? Justifique. (Valor: 0,65)

B) Comprovado pelo fiduciante que a alienação do bem lhe causou danos emergentes e lucros cessantes, que medida poderá propor seu advogado em face do fiduciário? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

